

Relatório de Gestão
Superintendência da
Polícia Federal no
Pará
Exercício 2008

SUMÁRIO

Declaração do Contador Responsável	3
1. Identificação	4
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas	5
2.1..Responsabilidades institucionais – papel da unidade na execução das políticas públicas	5
2.2.Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	13
2.3.Programas	24
2.4.Desempenho Operacional	34
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	44
4. Restos a pagar de exercício anteriores	44
5. Demonstrativos de transferências (recebidas e realizadas) no exercício	44
6. Previdência complementar patrocinada	44
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	44
8. Renúncia tributária	44
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia .	45
10. Operações de fundos	45
11. Despesas com cartão de crédito	45
12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno	45
13. Determinações e recomendações do TCU	47
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	47
15. Dispensa de instauração de TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	47
16. Informações sobre a composição de recursos humanos	48
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	49
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de undades afins	49



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 - relativos ao exercício financeiro de 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 200386 e 200387 – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Pará.

Este documento foi emitido em consonância com a mensagem SIAFI 2009/0179299 e as Decisões Normativas TCU n.º 93/2008 e 94/2008.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e
- a Setorial de Contabilidade do Departamento de Polícia Federal, considerando o citado nos itens anteriores, registrou no SIAFI no encerramento do exercício de 2008 Conformidade Contábil com restrição das Unidades Gestoras 200386 e 200387 que é objeto de ressalva nesta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

GLADSTON GUIMARÃES NAVES
Contador – CRC/DF n.º 012534/O-8

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará.	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Criação: Portaria nº 527/64-DG, de 24/12/64, publicada no Boletim de Serviço nº 245, de 24/12/65.</p> <p>Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
CNPJ	00.394.494/0030-70	
Nome e código no SIAFI	Superintendência Regional do DPF no Pará - 200077	
Código da UJ titular do relatório	Superintendência Regional do DPF no Pará - 200077	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.	
Endereço completo da sede	Av. Almirante Barroso nº. 4466 – Souza, Belém/PA, CEP: 66.613-905, fone: (91) 3214-8002, Fax: (91) 3214-8036	
Endereço da página institucional na internet	Usar o padrão: http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200077
	Tesouro	200386
	Funapol	200387

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Pará, conhecida pela sigla SR/DPF/PA, é uma unidade descentralizada da estrutura do Departamento de Polícia Federal, que tem como finalidade o cumprimento da missão institucional contida no art. 144 da Constituição, a quem compete também, nos termos do art. 24 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1825, de 13.10.2006, do Ministério da Justiça, reprimi o tráfico de drogas, de seres humanos, os crimes ambientais, crimes perpetrados contra as comunidades silvícolas, bem como, presta proteção à autoridades e dignitários visitantes, crimes contra o sistema previdenciário, fazendário, eleitoral e financeiro nacional, apura crimes que afetam o patrimônio histórico nacional, crimes cometidos por empresas de segurança e contra instituições públicas federais, encontram-se subordinadas a esta Unidade as Delegacias de Polícia Federal em SANTARÉM, MARABÁ, REDENÇÃO e ALTAMIRA; 01(um) Posto de Fiscalização Avançado do DPF em BARCARENA; além da BASE CANDIRÚ, situada na cidade de Óbidos, tratando-se de um Posto Avançado do Projeto Fechamento da Amazônia, de fiscalização integrada com outros Órgãos de Fiscalização como IBAMA, a RECEITA FEDERAL e a RECEITA ESTADUAL. Faz-se mister destacar que a SR/DPF/PA é a única dotada de autonomia financeira em sua circunscrição.

“Art. 24. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.”

2.1.1. Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.825, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);

- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) Polícia Judiciária, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) Polícia Administrativa, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

2.1.2. Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de POLÍCIA JUDICIÁRIA.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) Controle Migratório: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) Controle de Armas: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) Controle de Precursores Químicos: Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.3 Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;(lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.4 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006*) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, **Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.**

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a Polícia Federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;

7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao

cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Para consecução dos objetivos propostos, em função de suas atribuições constitucionais, esta Superintendência Regional elaborou um plano de metas, algumas das quais foram atingidas parcialmente, sem contudo obscurecer o resultado das atividades do exercício, como se observa na execução das ações acima informadas, que, a nosso ver, no geral pode ser considerado satisfatório. Abaixo listamos algumas metas da atividade-fim e meio, a justificativa de cada meta proposta, as ações desenvolvidas para alcançá-las, bem como alguns resultados obtidos.

2.2.1. Metas da Unidade

2.2.1.1. DELEMIG/SR/DPF/PA

Meta 1: Expedir o novo modelo de passaporte brasileiro

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento: Adequação da estrutura física, incluindo instalações elétricas das Delegacias Descentralizadas e locação de um novo prédio onde funciona atualmente a DELEMIG.

Resultados: Alcançado parcialmente, pois só em Belém e Marabá está funcionando a expedição do novo passaporte, faltando implementar nas descentralizadas localizadas em Altamira, Redenção e Santarém/PA.

Meta 2: Operacionalizar o novo sistema de tráfego internacional - STI

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento: A meta não foi atingida devido não ter sido possível o aumento da banda de conexão que serve ao aeroporto internacional de BELÉM, os serviços do novo STI não puderam ser iniciados, dependendo da CTI/DPF/DF tal feito, devendo ocorrer durante o ano de 2008.

Resultados:

Meta 3: Concluir a instalação do espaço físico destinado ao funcionamento da Representação Regional da INTERPOL

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento: Foi dado treinamento especializado e montado a estrutura mínima para o funcionamento da INTERPOL.

Resultados: Meta alcançada.

Meta 4: Implementar a repressão na utilização de mão de obra estrangeira ilegal/irregular especificamente na capital do Estado.

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Resultado alcançado

Meta 6: Implantar um cronograma de operações policiais para a cidade de Belém, voltado para a identificação, notificação e deportação de estrangeiros em situação ilegal no território nacional.

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Resultado Alcançado

Meta 5: Transferir o serviço cartorário dos delegados da DELEMIG da SR/PA para a Delegacia

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Meta desconsiderada, tendo em vista que, após reunião com o Sr. Superintendente Regional/DPF/PA, ficou acertado que todos os serviços cartorários permaneceriam na SR/PA.

Meta 6: Treinar um APF com formação em Direito na condução de Inquérito de Expulsão

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Alcançado

2.2.1.2. DELEFAZ/SR/DPF/PA

META 1: Igualar/superar o número de IPL's instaurados em 2007.

JUSTIFICATIVA: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

AÇÃO: Otimizar os procedimentos para a análise de documentos e elaboração de portarias.

RESULTADOS: Instauraram-se 751 IPL's no ano de 2007 e 911 IPL's no ano de 2008.

META 2: Igualar/superar o número de IPL's Relatados em 2007.

JUSTIFICATIVA: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

AÇÃO: Determinar as providências de utilidade em cada inquérito que podem ser tomadas, visando relatar aqueles procedimentos em que já se esgotou o trabalho como polícia judiciária da União.

RESULTADOS: Relataram-se 355 IPL's no ano de 2007 e 795 IPL's no ano de 2008.

META 3: Intensificar a repressão ao contrabando e descaminho, seja por via fluvial ou terrestre.

JUSTIFICATIVA: Belém é uma capital que possui acesso tanto por via fluvial quanto por via terrestre, sendo um dos principais pontos de entrada de contrabando e descaminho no país, sobretudo de mercadorias vindas do Suriname.

AÇÃO: Operações fluviais na Baía do Guajará e na Ilha de Marajó, além da montagem de barreiras nas vias de acesso à capital.

RESULTADOS: Ativação do GEPON, efetivamente já funcionando no ano de 2009.

META 4: Implementar ações policiais na repressão dos crimes cibernéticos em Belém e no interior do Estado.
JUSTIFICATIVA: As ocorrências relacionadas a crimes de desvio de valores via Internet são endêmicas no Estado do Pará, notadamente em Belém e em Parauapebas/PA, podendo-se dizer que o Estado é onde mais se apresenta esta modalidade de delito, de acordo com as instituições bancárias.

AÇÃO: Planejamento e execução de operações visando desarticular as organizações criminosas especializadas neste tipo de delito.

RESULTADOS: Em 2008 não foram realizadas operações visando desarticular as organizações criminosas especializadas neste tipo de delito.

META 5: Estabelecer um planejamento de repressão permanente à atividade de bingos ou cassinos que se utilizam de máquinas do tipo "caça-níqueis".

JUSTIFICATIVA: Assim como ocorre em diversas capitais do Brasil, Belém também possui uma considerável quantidade de casas de bingo e jogos de azar com a utilização de máquinas caça-níqueis.

AÇÃO: Planejamento e execução de operações visando à apreensão desse tipo de máquina, com a sua posterior destruição e indiciamento dos responsáveis.

RESULTADOS: Com a intensificação das ações no ano anterior essa atividade criminosa tem diminuído significativamente, particularmente na Capital do Estado.

META 6: Incrementar ações de repressão à proliferação de rádios clandestinas na capital e no interior do Estado.

JUSTIFICATIVA: Como já amplamente verificado, o Pará também possui uma enorme quantidade de rádios clandestinas.

AÇÃO: Planejamento e execução de operações, em conjunto com a ANATEL, objetivando a desativação das rádios clandestinas e indiciamento dos responsáveis.
RESULTADOS: Foram realizadas operações em conjunto com a ANATEL e interrupção de funcionamento de rádios clandestinas, com o posterior encaminhamento dos equipamentos à ANATEL e indiciamento dos responsáveis.

META 7: Incrementar ações de repressão à circulação de moeda falsa.
JUSTIFICATIVA: Necessidade de repressão da circulação de moeda falsa neste Estado, mediante estudo da incidência desse tipo de crime nesse estado.
AÇÃO: Planejamento e execução de operações objetivando a retirada de circulação de moeda falsa e punição dos fabricantes e envolvidos.
RESULTADOS: Não foram realizadas operações para reprimir a circulação de moeda falsa no ano de 2008, porém, várias cédulas foram apreendidas e encaminhadas ao SETEC/SR/DPF/PA para elaboração de laudo e, posteriormente, reunião de todas as cédulas com o mesmo número de série a fim de ser realizada uma investigação aprofundada para se chegar aos responsáveis.

META 8: Intensificar a política de relacionamento com o MPF e RF no sentido de obter a cooperação dos mesmos na apuração dos crimes de colarinho branco e desvios de verbas federais.
JUSTIFICATIVA: Necessidade de parceria na apuração dos delitos em tela, visto que a investigação dos mesmos atravessa obstáculos bancários, fiscais e judiciais, quanto à obtenção de informações essenciais.
AÇÃO: Executar o plano.
RESULTADOS: Reuniões com o MPF para discutir metas de ação, prioridades, prazos, entre outros tópicos. Deliberou-se que os crimes de colarinho branco e desvios de verbas federais teriam prioridade com relação a outros crimes como “rádio pirata” quando a potência da rádio for inferior a 25 watts, falso testemunho na Justiça do Trabalho, pequenos furtos, dentre outros.

META 9: Intensificar as ações policiais periódicas nos portos e aeroportos alfandegados, com vistas à repressão ao descaminho de mercadorias.
JUSTIFICATIVA: Necessidade de otimizar a atuação da DELEFAZ no combate ao descaminho de mercadorias.
AÇÃO: Operações em conjunto com a Inspeção da Receita Federal nos portos e aeroportos alfandegados.
RESULTADOS: Não foram realizadas operações em conjunto com a Receita Federal nos portos e aeroportos alfandegados, porém, há investigações em curso, com o objetivo de reprimir o crime de descaminho.

2.2.1.3. DRE/DRCOR/SR/DPF/PA

CONFIDENCIAL

PLANOS E METAS – 2008/2009

BASE GUAMÁ - DRE/DRCOR/PA

1. **SITUAÇÃO:**

Os narcotraficantes e mulas envolvidas na produção, transporte e distribuição de drogas produzidos na Colômbia, Peru, Bolívia e Suriname (ecstasy), têm utilizado as peculiaridades geográficas do Estado do Pará, para introduzir carregamentos de mercadoria ilícita em território nacional e depois para a Europa e América.

2. **MISSÃO:**

Ações de prevenção e repressão ao combate do tráfico ilícito de entorpecentes e droga a fins no âmbito do Estado do Pará, e todas as investigações e operações coordenadas pela CGPRE/DCOR/DPF.

3. **OBJETIVO:**

- Identificar e interceptar pessoas e grupos brasileiros e estrangeiros que atuam a partir deste Estado no tráfico ilícito de entorpecentes;
- Identificar os métodos utilizados por tais grupos, visando a sua desarticulação;
- Apreender drogas e produtos químicos que estejam em situação irregular;
- Coletar dados e informações úteis às atividades de inteligência policial, na área de repressão ao tráfico de drogas;
- Adotar as providências de natureza administrativa e de polícia judiciária, de acordo com o que estabelece a legislação em vigor;
- Aperfeiçoar os mecanismos de intercâmbio internacional de informações.

4. **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:

- a) JANEIRO/FEVEREIRO 2009 – Estabelecer metas operacionais e estratégicas a partir de análise das ações de 2008;
- b) Elaboração de planejamentos de operações específicas a serem desenvolvidas no decorrer do ano de 2009;
- c) Dar prosseguimentos às ações já iniciadas, procedendo análise dos trabalhos já desenvolvidos;

DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS:

4.3.1 – FISCALIZAÇÕES AEROPORTUARIAS:

- Continuação através de atuações de inteligência nas fiscalizações nos aeroportos do Estado.

a) Habilitação de Policiais Federais através de cursos especializados em identificação e interdição de bagagens e de passageiros transportadores de entorpecentes;

c) Estreitar ainda mais os laços com as companhias aéreas visando firmar parcerias no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes via vôos comerciais;

d) Criar bancos de dados para cruzamentos de informações a serem fornecidos pelas companhias aéreas, ANAC e comunidade aeroportuária;

e) Implementar a fiscalização rotineira no aeródromo de Belém (Aeroporto Santos Dumont).

4.3.2 – CONTROLE TRÁFEGO AÉREO:

Manter contatos com os órgãos responsáveis pelo Projeto SIVAM/SIPAM, visando troca de informações sobre o tráfego aéreo no Estado com o objetivo de planejamento de ações de combate ao tráfico ilícito de entorpecentes nesta modalidade, bem como a identificação de prováveis pistas clandestinas para este fim.

4.3.3 – FISCALIZAÇÕES RODOVIÁRIAS:

- Desencadear operações de fiscalização ao longo das principais rodovias PA e BR, implementando as ações nas delegacias descentralizadas:

a) Promover ações em conjunto com órgãos fiscalizadores tais como Receita Federal, Secretaria de Estado da Fazenda visando obter dados de pessoas e cargas que entram e saem do estado visando à efetiva fiscalização de insumos e químicos e de mercadorias suspeitas, bem como o controle de caminhões e condutores que trafegam nesta unidade da federação com destino ao exterior e ao interior do país.

b) manter contatos com as companhias de transporte de passageiros no sentido de obter cooperação principalmente no fornecimento de nomes e dados de passageiros suspeitos que utilizam este meio de transporte para o tráfico de entorpecentes.

c) Manter contatos com organismos policiais visando integração das ações de combate ao tráfico de entorpecentes no eixo das rodovias;

4.3.4 – FISCALIZAÇÕES FLUVIAIS:

- Realizar operações fluviais nos principais rios do Estado visando identificar, localizar e prender traficantes que atuam neste Estado utilizando-se do meio fluvial para o transporte e acondicionamento de entorpecentes.

a) Capacitar policiais desta Delegacia Especializada e das Delegacias de Santarém, Altamira e Marabá para atuarem neste tipo de ambiente, habilitando-os como pilotos de embarcações desta Regional;

b) Propiciar a policiais lotados neste Estado curso de sobrevivência na selva visando adaptação dos mesmos ao ambiente de selva;

c) Operacionalizar com no mínimo 6 (seis) policiais de preferência de outras descentralizadas, apoio as Operações de combate ao narcotráfico desenvolvido na Base Candiru, Balsa de Fiscalização localizada no estreito da cidade de Óbidos neste Estado.

5 – PROJETOS ESTRUTURAIS:

Fazer gestões junto à administração da Superintendência no sentido de melhorar o alojamento, pintura do prédio onde funciona a Base Guamá, novos computadores e fazer a alocação de sala própria para que os Produtos Químicos possa funcionar no prédio da Caripunas;

Aprimorar a sala da chefia na Base Guamá, com a implementação do SISCART, visando a otimização dos trabalhos desenvolvidos.

5.1 – SETOR DE OPERAÇÕES

a) Lotar mais policiais com aptidão no setor, tendo em mira a necessidade de efetivo;

b) Promover intercâmbio e treinamento de policiais lotados nas Delegacias de Santarém, Marabá, Altamira e Redenção;

c) Inscrever policiais lotados neste Setor em cursos específicos como pilotagem de barcos, armamento e tiro, sobrevivência na selva, fiscalização aeroportuária, etc.

d) Realizar integração com o Grupo de Análise, instruindo policiais do setor para eventuais apoios nos trabalhos daquele setor de inteligência, em especial, treinamento dos policiais do NO nas ferramentas do CINETEPOL (I2).

e) Gestões junto à administração local para aquisição de equipamentos para o desenvolvimento de operações desta DRE..

5.2 – GRUPO DE ANÁLISE:

c) Promover treinamento de novos policiais desta Superintendência e Delegacias, para atuação em operações de inteligência policial;

d) Renovar e completar o quadro de funcionários deste Setor, propiciando maior integração entre os outros setores da DRE;

e) Intensificar intercâmbio e troca de informações com os Setores de Inteligência de outras Superintendências Regional e também de outros órgãos, inclusive com missões se for preciso.

5.3 – SETOR DE CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS

a) Manter contatos com a Secretaria de Estado da Fazenda visando à fiscalização sobre emissão de notas fiscais de venda ao consumidor, efetuadas pelas empresas que vendem produtos como a barrilha, solução de bateria, etc;

b) Solicitar a DCPQ/CGPRE vagas em curso de formação para novos policiais da DRE, e Delegacias do interior para efetuar trabalhos específicos da área nesta Capital;

c) Desencadear ações de inteligência visando identificar desvios de insumos e/ou produtos químicos, por traficantes locais, com intercâmbio com a Base Guamá.

5.4 – CANIL:

a) Aperfeiçoar as atuações do cão farejador de drogas, tanto nos aeroportos quanto nas rodovias;

b) Integração dos policiais lotados no CANIL/DRE/DRCOR/SR/DPF/PA com os demais setores da BASE GUAMÁ;

c) Integração dos guias nos programas desenvolvidos pelo Canil Central.

6. OPERAÇÕES DE INTELIGENCIA POLICIAL:

Dar continuidade às operações de inteligência policial, voltadas para o combate às organizações criminosas, dentre elas:

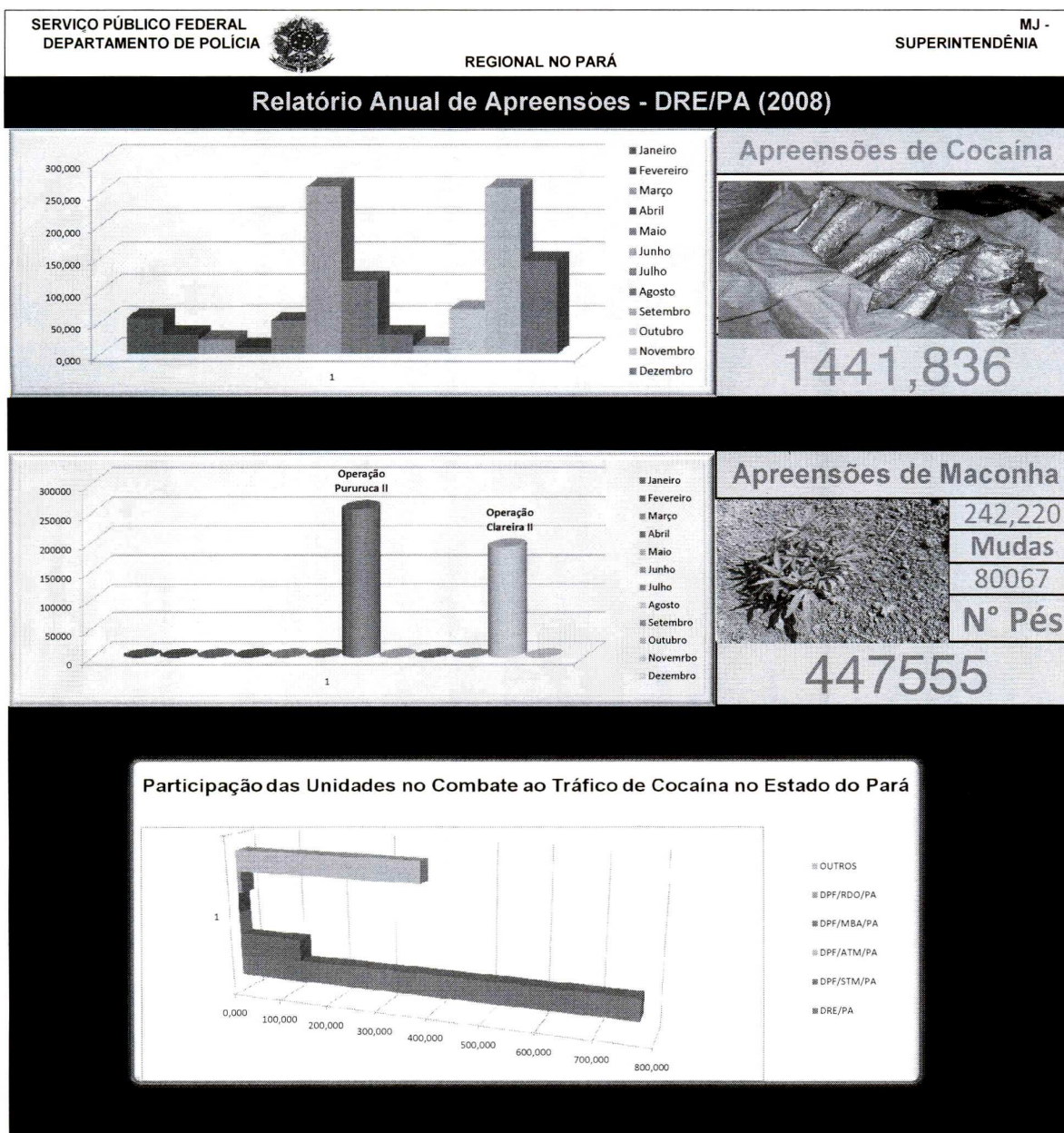
6.1 - OPERAÇÃO TOCAIA

6.2 – OPERAÇÃO BRAÇO LATINO

6.3 – OPERAÇÃO JARI

6.4 – OPERAÇÃO MARISCO

Vale ressaltar que as operações em tela resultaram na apreensão de aproximadamente uma tonelada e meia de COCAÍNA, conforme infográfico a seguir.



2.2.1.4. SELOG/SR/DPF/PA

Meta 1: Contratação de empresa especializada para a Manutenção e Limpeza das instalações de todos os prédios sob a administração da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará.

Justificativa: Necessidade de se manter os locais de trabalho em boas condições de trabalho, tanto no aspecto de saúde dos servidores quanto de funcionalidade quanto ao material utilizado.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado um pregão eletrônico para a contratação.

Resultados: Alcançado.

Meta 2: Contratação para manutenção preventiva e corretiva na Central Telefônica.

Justificativa: Necessidade de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Fora decidido pela aquisição de uma nova central telefônica, ocorrendo a aquisição em 2008.

Resultados: Não alcançado.

Meta 3: Aquisição de Material de Consumo.

Justificativa: Necessidade de compor estoque.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Adesão a Ata de Registro de Preços referente a Pregão Eletrônico.

Resultados: Alcançado com a reposição dos níveis de estoque em condições operacionais.

Meta 4: Aquisição de Material Permanente, (mobiliário, condicionadores de ar, impressoras máquina xerográfica.

Justificativa: Necessidade de reaparelhamento, substituição de móveis velhos, compra de computadores, impressoras e etc.

Ações desenvolvidas para o atingimento: A adesão a Ata de Registro de Preços referente a Pregão Eletrônico.

Resultados: Foram adquiridos mobiliários (mesas, cadeiras, estações de trabalho), aparelhos de ar condicionado tipo split para substituição de todos os aparelhos no âmbito da Superintendência e de suas Delegacias Descentralizadas. Recebemos impressoras multifuncionais e substituímos as velhas impressoras jato de tinta, que eram antieconômicas para o trabalho policial.

Meta 5: Reforma e Ampliação do SETEC/PA: Criação de três novos laboratórios.

Justificativa: Criação de três novos laboratórios para recebimento de equipamentos provenientes do PROMOTEC, atualmente gerenciado pelo INC/Brasília, no total de 243m²: instrumental de química, informática e audiovisual.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de Licitação para execução dos serviços de adequação da estrutura física do Laboratório de Química Clássica e Instrumental.

Resultados: O serviço de adequação foi implementado, mas deverá sofrer ampliações devido a precariedade do atual prédio do SETEC/SR/DPF/PA.

Meta 6: 1-Aquisição de 01 Capela com sistema de exaustão e sistema hidráulico e 01 balança semi-analítica para o laboratório de análises químicas do SETEC/PA,

Justificativa: Adequação as necessidades técnicas existentes.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Confecção do Projeto Básico

Resultados: Fora iniciado o procedimento licitatório, mas houve a necessidade de ajustes, ficando a meta a ser alcançada em 2008.

Meta 7: Reforma nas instalações físicas da Delegacia em Marabá.

Justificativa: O Prédio encontra-se deteriorado.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Procedimento Licitatório para a reforma.

Resultados: Foi alcançado, com significativa melhora nas condições de trabalho da Delegacia, entretanto há a necessidade de se construir um prédio novo naquela cidade, tendo em vista o potencial estratégico de uma Delegacia bem estruturada em Marabá.

Meta 8: Adquirir seis (06) computadores de grande porte, dotados das características de servidores de dados

Justificativa: Para efetuar a operação e gerenciamento ótimo do grande número de sistemas de informação que dão suporte às atividades do DPF no estado do Pará, sendo que os dois únicos servidores atuais já são muito antigos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Através da DLOG/DPF, foi possível a aquisição.

Resultados: Aquisição de 06 servidores de rede.

Meta 9: Implementação de um sistema de pedidos de material de consumo online, que interligasse a Superintendência aos outros prédios, inclusive as Delegacias Descentralizadas.

Justificativa: A Delegacia de Redenção está a mais de 1.000 quilômetros, na direção Sul, da sede da Superintendência, Santarém está a mais de 1500 quilômetros, na direção oeste, da sede, Altamira está a 1000 quilômetros, na direção sudoeste e Marabá está a 550 quilômetros na direção sudeste, da sede. Com esse desenho a necessidade de pedidos on line se fazia premente pois os deslocamentos são longos e difíceis, o que compromete a cadeia de suprimento dessas Delegacias.

Resultados: Foi atingido com a elaboração de um sistema de pedidos on line onde qualquer usuário dentro da rede intranet do DPF pode acessar e se cadastrar. Esse sistema permite o gerenciamento por computador dos estoques estando disponível em tempo real a disponibilidade de material de consumo.

Meta 10 Implementação de um sistema de controle automatizado de viaturas.

Justificativa: Devido à carência de servidores administrativos, por exemplo motoristas, a Superintendência Regional do Pará não dispunha de um sistema próprio de gerenciamento de frota, o que acarreta um aumento nos gastos de manutenção, além de diminuir a capacidade operacional da Superintendência.

Resultados: Foi desenvolvido pela Superintendência (APF Miranda) um sistema de controle de frota e estamos na fase de implementação desse sistema.

Meta 11 Reestruturação do Setor de Administração e Logística Policial.

Justificativa: Assim como a espinha dorsal e o sustentáculo do corpo a atividade meio é o suporte da atividade policial. O Setor estava com uma deficiência de pessoal, falta de equipamentos (computadores e impressoras) bem como faltavam salas de trabalho, o que levou a Superintendência a uma situação caótica.

Resultados: Alcançado parcialmente, pois o problema de pessoal extrapola o nível de gerenciamento da Superintendência, entretanto as instalações foram melhoradas, foram reorganizados os setores tais como Comissão de Licitação, efetivado o Gestor de Contratos, bem como alocados alguns servidores para o Setor.

No âmbito do SELOG/SR/DPF/PA, a maioria das metas foram atingidas, entretanto a escassez de servidores ainda é muito significativa. Persiste a seguinte situação: os administrativos que dão o apoio à atividade policial estão desmotivados devido ao cenário atual, ou seja, o não atendimento das suas reivindicações, tanto salariais quanto de novos concursos, por parte do Governo Federal e a sobrecarga de tarefas e responsabilidades, vem refletindo negativamente no desempenho deste SELOG, e por consequência na atividade policial.

O SELOG vem enfrentando grandes dificuldades para atender com eficácia as demandas no âmbito da Superintendência, e, considerando ainda, que o mesmo, atende também diretrizes emanadas pelo Órgão Central do DPF e às dos Órgãos de Controle do Governo Federal, no que se refere ao atendimento das suas solicitações

de auditoria interna e Processo de Tomada de Contas – Relatório de Gestão da Superintendência.

2.2.2. Realizações e principais resultados da SR/PA

O cenário atual exige do aparelho governamental que sejam adotadas políticas públicas que assegurem a consolidação do exercício do direito de cidadania em benefício de cada membro da sociedade nacional. Nesse contexto, as responsabilidades institucionais do Departamento de Polícia Federal impõem o desafio de que seja prestado serviço de qualidade ao cidadão em cada unidade da federação em que se faz representar por suas Superintendências Regionais, Divisões ou Delegacias.

Fundamentada nessa visão, esta Superintendência Regional do DPF no Pará durante todo o exercício de 2008 procurou, em sintonia com as orientações emanadas do órgão central, sem extrapolar a esfera de competência institucional do órgão, contribuir para a segurança pública dentro de sua área de circunscrição, em parceria com órgãos e instituições similares no âmbito do Estado, de forma a corresponder às expectativas da sociedade que clama por melhores e mais dignas condições de vida, em especial no que se refere ao quesito segurança.

A SR/DPF/PA, participou de inúmeras atividades no projeto enumerado e nas ações referenciadas, permanecendo atuante seja na prática da rotina policial, seja no âmbito de ação local, regional, estadual e Federal, podem ser mencionados como exemplo as atividades/ operações de maior relevância de 2008, listadas nos quadros abaixo apresentados, segundo relatório público do serviço de Comunicação Social.

ATIVIDADE: VII	DATA: 13/12/2007	ÂMBITO: Regional
OPERAÇÃO	Arco de Fogo	
OBJETIVO:	Retirada de madeireiros de reserva indígena	
Operação de retirada A ação contou com a participação de policiais da Superintendência Regional da PF no Pará e do Comando de Operações Táticas (COT) e teve como objetivo evitar um conflito entre os invasores e a comunidade indígena.		
RESULTADO		

2.3. Programas

2.3.1. Programa 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

2.3.1.1. Principais ações do Programa

2.3.1.1.1. Ação 0181 – Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Informação não disponível
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Não há coordenador vinculado

2.3.2. Programa 1127– SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Índice sintético de desempenho
Público-alvo (beneficiários)	Operadores de Segurança Pública

2.3.2.1. Principais ações do Programa

2.3.2.1.1. Ação 1F65 – Implantação de infraestrutura e de sistemas vitais de suporte

Tipo	Projeto
Finalidade	Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.
Descrição	Implantação de sistema único de comunicação e comando/controle, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmeras no estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp
Coordenador nacional da ação	JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS
Unidades executoras	

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Informação não disponível
Competências institucionais requeridas para execução da ação	

2.3.2.1.2. Ação 8545 – Apoio à repressão qualificada.

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade.
Descrição	Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo o território nacional. Operações Integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio aos órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas do território nacional; Operações combinadas de segurança pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
Coordenador nacional da ação	João Francisco Goulart dos Santos
Unidades executoras	SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Informação não disponível
Competências institucionais requeridas para execução da ação	

2.3.3. Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Servidores administrativos da área de apoio.

2.3.3.1. Principais ações do Programa

2.3.3.1.1. Ação 2000 – Administração da Unidade

Tipo	Programa de apoio às políticas públicas e áreas especiais
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

<p>Descrição</p>	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
<p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</p>	<p>Departamento de Polícia Federal</p>
<p>Coordenador nacional da ação</p>	<p>Não há coordenador vinculado</p>
<p>Unidades executoras</p>	<p>Informação não disponível</p>
<p>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</p>	<p>Informação não disponível</p>
<p>Competências institucionais requeridas para execução da ação</p>	<p></p>

2.3.4. Programa 1353 – MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
Objetivos específicos	
Gerente do programa	DPF – Alciomar Goersch
Gerente executivo	Maurício de Melo Passos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de modernização das unidades operacionais da Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade em geral

2.3.4.1. Principais ações do Programa

2.3.4.1.1. Ação 1899 – Reaparelhamento das unidades operacionais e do segmento técnico-científico (PROMOTEC/PRO-AMAZÔNIA)

Tipo	Atividade
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Informação não disponível
Competências institucionais requeridas para execução da ação	

2.3.5. Programa 0662 – COMBATE À CRIMINALIDADE

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Não possui
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sociedade brasileira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade em geral.

2.3.5.1. Principais ações do Programa

2.3.5.1.1. Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.

Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Tude Tupy Fonseca
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Informação não disponível
Competências institucionais requeridas para execução da ação	

2.3.5.1.2. Ação 2720 – Operações de caráter sigiloso

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorenz de Azevedo
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Informação não disponível

Competências institucionais requeridas para execução da ação	
---	--

2.3.5.1.3. Ação 2726 - Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da união

Tipo	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal

Coordenador nacional da ação	Leandro Daiello Coimbra
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	
Competências institucionais requeridas para execução da ação	

2.4. Desempenho Operacional

Analisando o desenvolvimento do DPF Nacional, como um todo, pressupõe-se o atendimento das metas de Direção como alcançadas no ano de 2007. Isto, considerando indicadores as metas pré-estabelecidas no nível histórico e, assumindo como elemento relacional o Desempenho Operacional Externo. Fato refletido nos índices de aceitação do trabalho da Polícia Federal pela população, como divulgado na mídia.

O DPF, porém, persegue internamente, ao menos desde 2000, objetivos estratégicos de rendimento no Serviço Público, igual ou, superior aos das melhores Polícias Internacionais e o de empresas tornadas privadas, com igual reconhecimento popular. Porém, ainda encontra resistências culturais que devem ser vencidas.

Iniciativas internas em âmbito Nacional, surgiram como o projeto de Planejamento Estratégico 2000-2006, mantido no nível de Diretoria e pouco divulgado. Outro ponto relevante foi o lançamento do PLANO DE METAS ANUAL (PMA), que direcionou o pensar dos Dirigentes Regionais e Setoriais para a Gestão de metas justificadas, cumpridas no tempo correto, e no custo destas ações através da relação entre a eficácia do planejado e efetividade dos seus resultados.

O DPF constrói neste momento o seu Planejamento Estratégico até o horizonte de 2022, orientado na visão de prospectiva, desta feita com a contribuição participativa de todas Unidades Descentralizadas. Este planejamento já inclui e complementa o estudo de indicadores válidos que demonstrem a eficácia, eficiência ou efetividade.

Afora todo este empenho institucional, descrito anteriormente, existe o reforço complementar de equipe de experts em Brasília, nomeados pelo Diretor de Administração e Logística Policial, através da PORTARIA No. 040/2008-DLOG/DPF, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008, para proceder à análise do documento "Proposta para desenvolvimento da classificação de atribuições e de indicadores de desempenho do Departamento de Polícia Federal e outras providências"

Como resultado do trabalho pioneiro do Planejamento Estratégico e PMA, surgiram de forma espontânea nas diversas estruturas das Superintendências Regionais do DPF, grupos de estudos de aferição do alcance de metas através de

indicadores e, de como estes devem ser nomeados, formulados e calculados, como visto no corpo deste relatório. Porém, sem que estejam regulamentados e uniformizados.

A implementação da metodologia Nacional firmada oficialmente pela Direção Nacional, é aguardada para inserção de informações concisas e padronizadas em relatórios desta natureza.

SCHEWART, porém, alerta que, sistemas complexos podem sair fora de sua capacidade por super-controle e que, a teoria das restrições deve ser respeitada no planejamento, a saber:

A característica importante do planejamento e controle da capacidade de realização, é a que visa definir os níveis de capacidade no médio e curto prazos em termos de ações rápidas. Isto é, tomar decisões de capacidade amplas e gerais, contando com o apoio eventual de parcerias. Logo, políticas agregadas assumem que o mix de diferentes produtos e serviços permanecerá relativamente constante durante o período de planejamento.

A Teoria das Restrições consiste em um sistema de planejamento estratégico de produção de bens e serviços desenvolvidos a partir da análise e reestruturação das restrições encontradas nos projetos operacionais. Fundamenta-se em uma seqüência de passos a serem implementados na organização, em que o planejamento, a execução e o controle são realizados através do Gerenciamento das Restrições, baseando-se no pressuposto de que se deve atuar nas causas das restrições que impedem o sistema de alcançar seus objetivos, que é a maximização do alcance das metas e da sustentabilidade do sistema como um todo.

Neste contexto a Restrição é qualquer elemento ou fator que impede que um sistema conquiste um nível melhor de desempenho no que diz respeito a seu objetivo. As restrições podem ser físicas, como por exemplo, um equipamento ou a falta de material, mas elas podem ser também de ordem gerencial, como procedimentos, políticas e normas.

Desta maneira a detecção dos fatores limitantes ou, restrições e sua remoção, são fundamentais, antes que se estabeleçam objetivos fantasiosos, metas aventureiras e indicadores móveis.

Moellmann, A. H. et all. 2005 (XII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil - adaptado), enumeram os passos para melhoria do gerenciamento de Sistemas complexos, utilizando a Teoria da Restrição, o que é equivalente ao Ciclo de Deming (PDCA) do TQC Japonês.

1ª. Etapa: Identificar a Restrição do sistema, onde o recurso de menor capacidade define a capacidade máxima de todo o sistema. Em outras palavras, significa que alimentar a Restrição com menos implica em perda de oportunidade e/ou resultados, e alimentá-la com mais não resulta em maior saída;

2ª. Etapa: Decidir como explorar a Restrição do sistema. Ou seja, para maximizar o desempenho de todo o sistema é necessário, portanto, tirar o máximo proveito possível do recurso que o restringe;

3ª Etapa: Subordinar todo o sistema ao que foi decidido na 2ª etapa;

4ª Etapa: Elevar a Restrição do sistema;

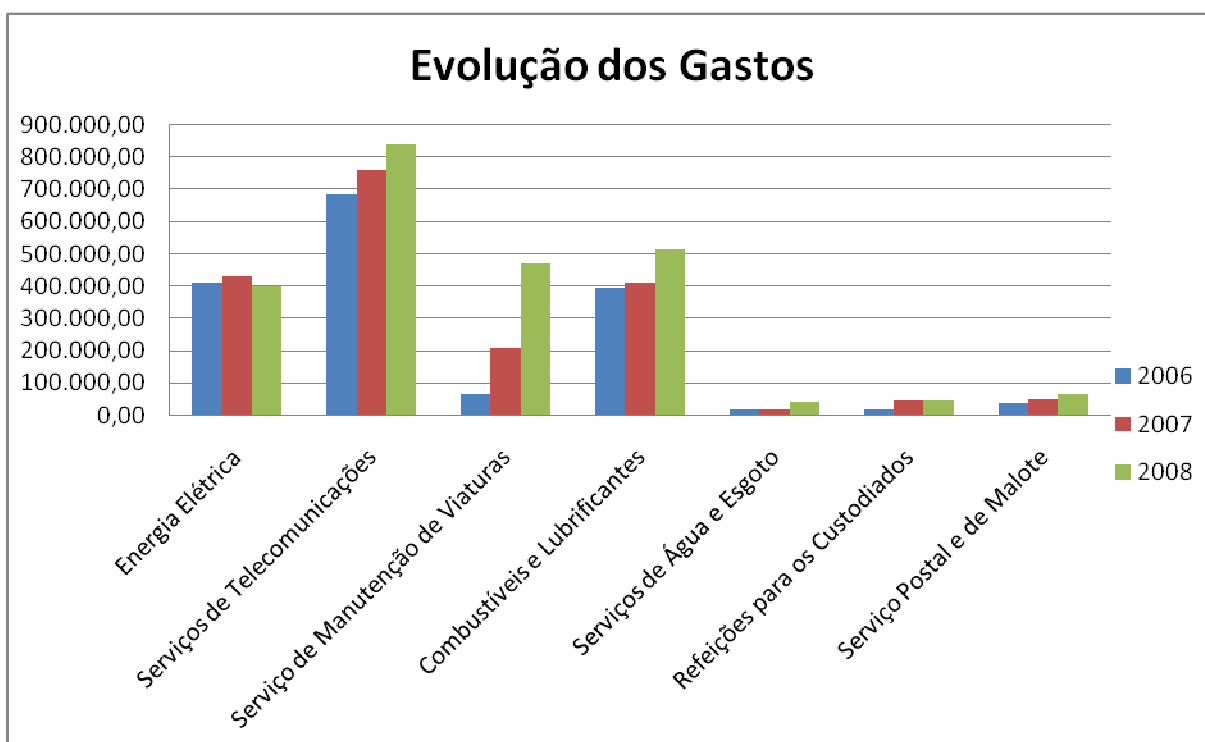
5ª Etapa: Voltar à 1ª etapa se a restrição for eliminada em algum passo anterior e não permitir que a inércia atue neste processo.

Não foi possível a demonstração dos resultados da Superintendência de Polícia Federal no Pará, através de indicadores de desempenho, por não possuímos indicadores padrão. Mas, como informado anteriormente, o Departamento de Polícia Federal no seu Planejamento Estratégico, inclui e complementa o estudo de indicadores válidos que demonstrem a eficácia, eficiência ou efetividade.

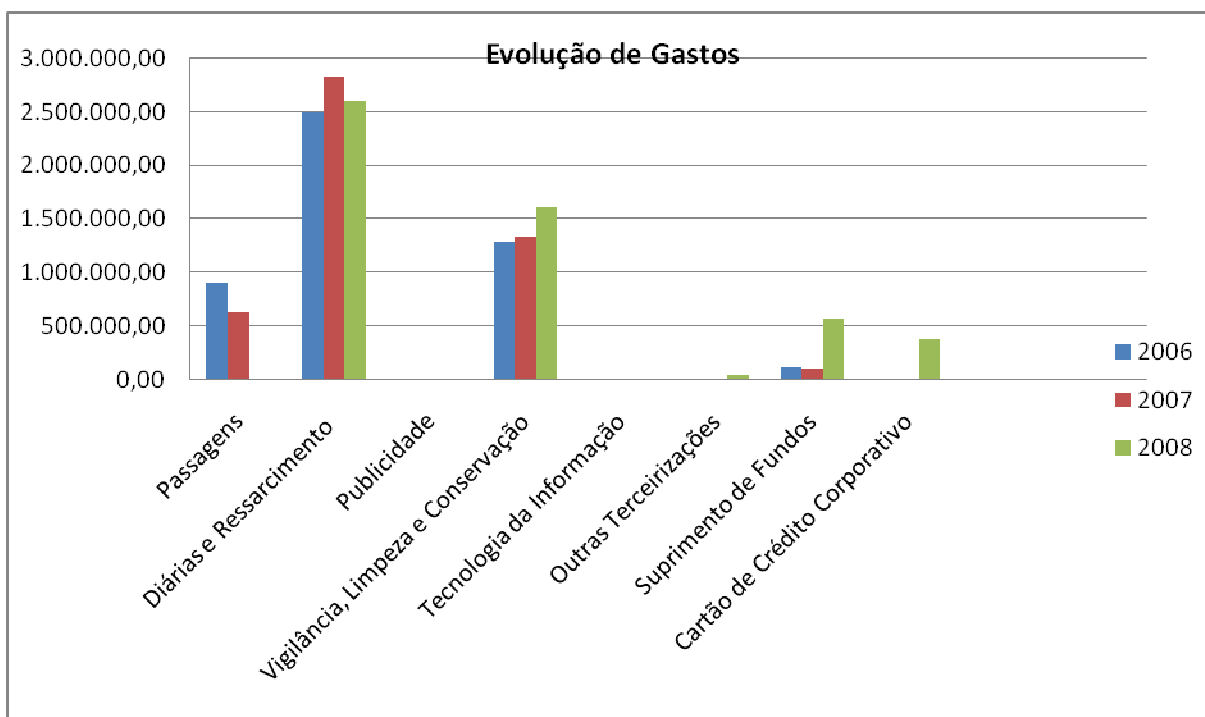
2.4.1 Evolução de gastos gerais

Apresentamos a evolução das despesas de funcionamento da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará, ao longo de 2008, conforme as tabelas e infográficos seguintes:

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
<i>Serviços de Energia Elétrica</i>	410.702,00	428.798,82	397.365,80
<i>Serviços de Telecomunicações</i>	686.491,76	762.163,02	839.971,85
<i>Serviço de Manutenção de Viaturas</i>	64.948,33	206.211,48	471.146,66
<i>Combustíveis e Lubrificante Automotivos</i>	395.153,59	409.571,01	515.219,27
<i>Serviços de Água e Esgoto</i>	14.485,43	14.448,69	40.816,99
<i>Refeições para os Custodiados</i>	16.321,11	43.379,60	42.154,15
<i>Serviço Postal e de Malote</i>	37.554,09	47.446,75	64.989,69
TOTAIS	1.627.662,31	1.914.026,37	2.373.672,41



DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	911.161,05	629.650,69	894.927,90
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	2.502.662,04	2.826.971,19	2.610.640,71
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. <i>Publicidade</i>	-	-	-
3.2. <i>Vigilância, Limpeza e Conservação</i>	1.291.628,37	1.335.992,20	1.608.930,99
3.3. <i>Tecnologia da informação</i>	-	-	-
3.4. <i>Outras Terceirizações</i>	-	-	47.408,34
3.5. <i>Suprimento de Fundos</i>	121.768,32	101.607,06	573.755,55
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	382.920,57
TOTAIS R\$	4.827.219,78	4.894.221,14	5.223.656,16



2.4.2. Vinculação das realizações da unidades com o plano plurianual

2.4.2.1. Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 1.650.777,27 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos)

2.4.2.1.1. Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação

2.4.2.1.1.1. Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

Área de Exame	2005	2006	2007	2008
Perícias Contábeis e Econômicas	15	27	13	63
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	115	154	34	51
Perícias de Balística Forense	334	113	163	222
Perícias de Engenharia	10	01	04	26
Perícias de Informática	95	134	246	167
Perícias de Laboratório	66	143	169	179
Perícias de Local de Crime	19	28	21	49
Perícias de Meio Ambiente	2	4	9	8
Perícias de Veículos	29	24	33	42
Perícias Documentoscópicas	459	566	491	431
Perícias Merceológicas	13	18	11	21
TOTAL	1157	1210	1194	1259

2.4.2.1.1.2. Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
07 Operações de Trabalho Escravo	Estado do Pará	Localizar possíveis ocorrências de trabalho análogo a escravo	34 Fazendas Visitadas. 132 trabalhadores libertados; 15 armas apreendidas.	N
ELEIÇÕES 2008	BELÉM	Prestar apoio a Justiça visando coibir os delitos eleitorais	Apoio às fiscalizações da Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral, além de lavratura de TCO e outros procedimentos quando necessário.	N

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2007	2008
Segurança de Dignitários					12
Proteção de testemunhas ameaçadas				-	-
Registros de arma				4.132	2.390

ÍNDICES	QUANTIDADE			
expedidos				
Portes de arma expedidos			09	12

Em que pese as sérias dificuldades estruturais, o Setor Técnico Científico-SETEC, manteve uma boa produção de laudos, compatível com os números apresentados nos anos anteriores.

2.4.2.1.1.3. Delegacia de Imigração – DELEMIG

ÍNDICES	QUANTIDADE			ARRECADAÇÃO	
	2008	--	--	2008	---
Passaportes expedidos	13.139			***	
Extradições	---				
Núcleo de Registro de Estrangeiros	---			128.560,69	
Deportações	02				
Expulsões	---				
Repatriações	113				
Fiscalização do Controle Migratório e Tráfego Internacional	951			526.102,75	

*** Valores não informados, em razão de o novo sistema não propiciar tais dados, mas estima-se em R\$ 2.000.000,00

2.4.2.1.1.3.1. Metas da unidade

META	ATINGIDA
Operacionalizar o novo sistema de tráfego internacional - STI	SIM
Implementação de operações policias na circunscrição da SR/PA, destinadas a identificar, notificar e deportar estrangeiros em situação ilegal no território nacional	SIM
Conclusão da obra do novo edifício destinado a comportar todos os setores da DELEMIG	SIM
Conclusão das salas do GAB/DELEMIG	NÃO *
Treinar um APF com formação em Direito para condução de Inquérito de Expulsão	NÃO **
Conclusão da obra das novas instalações do posto de Vila do Conde no município de Barcarena/PA	NÃO *

2.4.2.1.1.3.2. Justificativas acerca do não atingimento das metas

* Necessidade de dotação orçamentária para aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento do setor;

** Relotação de vários servidores do quadro da DELEMIG em outros setores da SR/PA, sem a devida reposição.

2.4.2.1.1.4. Núcleo de Identificação – NID

RELATÓRIO DE ATIVIDADES													ANO 2008	
ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
Consulta SINIC	7.862	5.471	5.720	4.717	6.088	3.516	5.316	6.380	2.461	2.532	3.219	2.592	55.874	
Consulta Sinic Emissão Antecedentes	1.167	892	866	736	462	201	279	243	110	197	202	158	5.513	
Consulta Vigilantes	1.441	595	421	592	554	286	1.207	2.194	525	505	512	468	9.300	
Inclusão BI	298	168	187	174	278	220	271	162	151	265	146	85	2.405	
Inclusão BDI	85	45	63	100	191	150	227	119	93	148	33	60	1.314	
Inclusão BDJ	8	9	17	59	39	95	82	54	31	54	10	18	476	
Emissão FAC	214	205	303	401	395	341	421	313	251	277	212	123	3.456	
Pesquisa AFIS						-	-	2	3	91	25	-	121	
Inclusão AFIS						-	-	-	-	82	18	-	100	
Identificação Criminal com foto	9	52	11	7	5	30	8	2	2	15	38	1	180	
Perícias - Documentos	-	2	4	-	2	1	-	2	1	-	2	-	14	
Perícias - Local	1	2	3	2	4	3	-	2	7	3	1	2	30	
Perícias - Material	-	1	1	-	1	-	3	-	-	-	-	-	6	
Informações Técnicas - Documentos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	
Informações Técnicas - Local	1	2	3	2	3	3	-	2	7	3	1	1	28	
Informações Técnicas - Material	-	1	1	-	1	-	2	-	-	-	-	-	5	
Laudos Papiloscópicos - Documentos	-	2	4	-	1	1	-	2	1	-	2	-	13	
Laudos Papiloscópicos - Local	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2	
Laudos Papiloscópicos - Material	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	
Representação Facial Humana - RFH	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
Fotografias/tratamento de imagens	26	121	41	33	37	106	31	15	54	63	121	12	660	
Missões	5PPFs	5PPFs	5PPFs	5PPFs	1PPFs	1PPFs	1PPFs	3PPFs	2PPFs	2PPFs	2PPFs	1PPFs	-	
Fax expedidos	21	12	13	9	16	22	12	15	11	12	10	7	160	
Ofícios Expedidos	24	24	46	37	58	41	78	61	43	53	50	42	557	
Memo. Expedidos	5	16	13	16	10	17	9	14	14	20	15	10	159	
Malotes	-	-	-	-	-	0	1	4	4	1	3	3	16	

2.4.2.2. Ação 2662 – Capacitação e especialização de recursos humanos da polícia federal.

Curso: CURSO REALIZADO

NOME DO CURSO:"V COMITÊ NACIONAL DE PERÍCIAS EM CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE"			
Protocolo: 08360.002800/2008-43			
Período de Realização: 15 A 18 de abril de 2008			Carga Horária: 20 horas
NOME DOS PARTICIPANTES	CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
1.MAX LIMA E MOTA	PCF	16.384	SETEC

Curso:CURSO REALIZADO

NOME DO CURSO:"II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE QUÍMICA ANALÍTICA"			
Protocolo: 08360.009388/2008-92			
Período de Realização: 07 a 08 de agosto de 2008			Carga Horária: 16

horas				
NOME DOS PARTICIPANTES		CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
1. ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO DOS SANTOS		PCF	6454	SETEC

Curso: CURSO REALIZADO

NOME DO CURSO: "X SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTOSCOPIA, II SEMINÁRIO NACIONAL DE PERÍCIA CONTÁBIL V CONGRESSO DE LA SIPDO"				
Protocolo: 08360.012948/2008-96				
Período de Realização: 10 a 14 de novembro de 2008			Carga Horária: 36h	
NOME DOS PARTICIPANTES		CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
1. MARCILENE NAZARÉ LOBO LEITE		PCF	2588	SETEC/SR/DPF/PA
2. JESUS ANTONIO VELHO		PCF	15723	SETEC/SR/DPF/PA

Curso: CURSO REALIZADO

NOME DO CURSO: "QUALIFICAÇÃO DE CHEFIAS E ASSESSORES NO ÂMBITO DISCIPLINAR DO SERVIÇO PÚBLICO"				
Protocolo: 08360.013275/2008-91				
Período de Realização: 16 a 17 de outubro de 2008			Carga Horária:	
NOME DOS PARTICIPANTES		CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
1. CIBELE CARDOSO ROCHA		DPF	15248	NUDIS/COR/SR/DPF/PA

Curso: CURSO REALIZADO

NOME DO CURSO: "II CONGRESSO MILITAR DE CRIMINALÍSTICA"				
Protocolo: 08360.013275/2008-91				
Período de Realização: 20 a 24 de outubro de 2008			Carga Horária: 20h	
NOME DOS PARTICIPANTES		CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
1. DANIEL PACHECO POLITANO		PCF	16134	SETEC/SR/DPF/PA
2. LEVI ROBERTO COSTA		PCF	16316	SETEC/SR/DPF/PA
3. ANTONIO MAURICIO PIRES DOS SANTOS FILHO		PCF	16708	SETEC/SR/DPF/PA
4. WAGNER SCHOEN MARINS		PCF	16905	SETEC/SR/DPF/PA
5. LUIZ FERNANDO GOUVEA LUTHOLD		PCF	17206	SETEC/SR/DPF/PA

Curso: CURSO NÃO REALIZADO (INDEFERIDO)

NOME DO CURSO: "SEMINÁRIO NACIONAL IN 02/2008"				
Protocolo: 08360.009511/2008-75				
Período de Realização: 11 a 13 de agosto de 2008			Carga Horária: 24 horas	
NOME DOS PARTICIPANTES		CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
1. JOSÉ WILSON RAMOS		DPF	14872	DPF/MBA/PA
2. LUIZ THEOTONIO BRITO FONTELLE		AADM	447	SELOG
3. DENIS ARAGÃO DE ARAGÃO		AADM	13965	SELOG

Curso: CURSO NÃO REALIZADO (CANCELADO PELA PROMOTORA DO EVENTO)

NOME DO CURSO: "ESTUDOS DIRIGIDOS DE DIREITO DISCIPLINAR"				
Protocolo: 08360.001954/2008-18				
Período de Realização: 06 a 07 de março de 2008			Carga Horária: 16 horas	
NOME DOS PARTICIPANTES		CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
1. CIBELE CARDOSO ROCHA		DPF	15248	NUDIS/COR/SR/DPF/PA
2. ROGER MORGADO CARVALHO		EPF	16494	COR/SR/DPF/PA
3. WELDER OLIVEIRA DE ALMEIDA		DPF	9451	COR/SR/DPF/PA

Curso: CURSO NÃO REALIZADO (INDEFERIDO)

NOME DO CURSO:"10º SWAT"			
Protocolo: 08360.009300/2008-32			
Período de Realização: 19 a 27 de setembro de 2008			Carga Horária:
120 horas			
NOME DOS PARTICIPANTES			
CARGO			
MATRICULA			
LOTAÇÃO			
1.RICARDO BISSOLI MAIA	APF	15397	DPF/SNM/PA

2.4.2.3. Ação 2679 - Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos.

	ANO DE 2007	ANO DE 2008
EMPRESAS FISCALIZADAS	08	01
CADASTROS APROVADOS	52	53
LICENÇAS RENOVADAS	98	84

Com relação a valores arrecadados, informamos que este setor não faz arrecadação. A arrecadação de taxas e multas é de competência da Secretaria Nacional Antidrogas. Informamos que somente a Divisão de Controle de Produtos Químicos, sediada em Brasília, faz o acompanhamento dessa arrecadação.

2.4.3. Desempenho da área meio referente ao ano de 2008.**2.4.3.1. Recursos financeiros**

O volume total de recursos movimentados por esta Unidade no exercício de 2008 com despesas de custeio foi de R\$ 7.829.878,74 (sete milhões oitocentos e vinte e nove mil oitocentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos), constante da tabela abaixo:

UG EXECUTORA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESP EXEC POR INSCRIÇÃO EM RP	TOTAL
200386	7.829.878,74	1.948.537,07	9.778.415,81
200387	2.853.142,67	91.274,00	2.944.416,67

2.4.3.2. Contratações realizadas

Contratação de serviço de locação de equipamentos de copiadora/impressora, incluindo manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças.

Valor Global: R\$ 110.880,00

Contratação de serviços de publicação no Diário Oficial da União com a Imprensa Nacional

Valor Global: R\$ 9.600,00

Locação de imóvel não residencial para instalação de vários Setores da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará, sendo nomeada como Unidade Caripunas.

Valor Global: R\$ 360.000,00

Locação de imóvel não residencial situado no município de Redenção no Estado do Pará, para fins de funcionamento da Delegacia de Polícia Federal.

Valor Global: R\$ 120.000,00

Contratação de empresa especializada em serviço para instalação da rede de cabeamento estruturado com fornecimento de materiais para a Unidade Caripunas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará na cidade de Belém/PA.

Valor Global: R\$ 61.000,00

Contratação de empresa para prestação de serviços de reparos e adaptações no imóvel onde está instalada a Delegacia de Polícia Federal em Marabá/Pá.

Valor Global: R\$ 79.944,91

Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços de: Recepção a passageiros e tripulantes no Aeroporto Internacional de Val-de-Cans, em Belém/PA, para o atendimento no embarque e desembarque internacional, compreendendo 24 (vinte e quatro) postos de serviço, e, Recepção a requerentes de documentos de viagem na Delegacia de Polícia de Imigração, localizada na Rua dos Caripunas, nº. 3554 – Guamá, Belém/PA, compreendendo 08 (oito) postos de serviço, visando atender a necessidade nas áreas de passaporte (GPV) e controle migratório (GFTI) da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará.

Valor Global: R\$ 568.900,08

Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância ostensiva armada para a SR/DPF/PA.

Valor Global: R\$ 1.723.816,56

Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza e conservação para a SR/DPF/PA.

Valor Global: R\$ 630.000,00

Contratação de empresa para instalação de aparelhos de Ar Condicionado tipo SPLIT, para a Unidade Caripunas da SR/DPF/PA.

Valor Global: R\$ 16.599,00

Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de bilhetes de Passagens Aéreas, Fluviais e Terrestres.

Valor Global: R\$ 769.600,00

Contratação da EBCT para prestação de serviços de malote, consistindo na coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada.

Valor Global: R\$ 31.500,00

Contratação de empresa especializada no fornecimento de cilindros específicos com gases especiais e rede de gases especiais devidamente instalados, para atender as necessidades periciais do SETEC/SR/DPF/PA.

Valor Global: R\$ 51.500,00

Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação para atender as necessidades dos custodiados da SR/DPF/PA

Valor Global: R\$ 41.454,00

Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de peças e acessórios automotivo originais para uso nas viaturas pertencentes à Delegacia de Polícia Federal em Redenção/PA.

Valor Global: R\$ 25.473,50

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos para atendimento das necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Altamira.

Valor Global: R\$ 101.346,41

Contratação de empresa para execução dos serviços de adequação da estrutura física do laboratório de audiovisual e de eletrônica do SETEC/SR/DPF/PA

Valor Global: R\$ 39.078,00

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

(NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	427.111,31	20.168,47	230.017,85	--	--	61.846,52	230.017,85	--
2007	431.986,37	5.621,82	386.107,38	419.066,87	--	32.959,49	386.107,38	--
2008	1.948.537,07	35.522,32	324.992,03	379.972,73	--	54.980,70	324.992,03	--
Total	2.807.634,75	61.312,61	941.117,26	379.972,73	--	149.786,71	941.117,26	--

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

6. Previdência complementar patrocinada

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

8. Renúncia tributária

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

10. Operações de fundos

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

11. Despesas com cartão de crédito

Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	21	87.210,57	353	295.710,00

Dos saques efetuados em 2008, foram devolvidos, pelos portadores, R\$ 3.577,05 (três mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinco centavos).

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG:	R\$ 1.050.000,00
Natureza dos gastos permitidos:	Serviço de pessoa jurídica: 3390.39 Material Permanente: 4490.52 Material de consumo: 3390.30 Serviço de pessoa física: 3390.36

12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno

Foram demandadas diligências da Controladoria-Geral da União – CGU/PA para esta Unidade, de acordo com o Relatório nº 208259 de 20/05/2008, conforme as informações a seguir relacionadas:

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
5.1 e 5.2	Relatório nº 208259	Dar ênfase na elaboração dos indicadores de desempenho, haja vista a urgência de poder aplicá-los ainda no exercício de 2008.	O órgão central celebrou convênio com a Fundação Getúlio Vargas para criação de tais indicadores. Ainda não implementado.	Não dispomos de informações do órgão central.
5.7	Relatório nº 208259	Dar ênfase na utilização do cartão de pagamento no âmbito do SRDPF/PA, haja vista a sua obrigatoriedade para o exercício de 2008.	Cadastramento de vários servidores como portadores de cartão corporativo.	Todos os suprimentos foram concedidos na modalidade Cartão Corporativo.
1.1.2	Anexo I ao Relatório nº 208259	Proceder à elaboração de indicadores de desempenho operacional capaz de refletir os resultados alcançados.	O órgão central celebrou convênio com a Fundação Getúlio Vargas para criação de tais indicadores. Ainda não implementado.	Não dispomos de informações do órgão central.
2.1.2.1	Anexo I ao Relatório nº 208259	Formalizar os respectivos processos nas próximas aquisições diretas com dispensa de licitação cumprindo, dessa forma, os requisitos formais previstos em legislação, tais como o parágrafo único do Art. 4º da Lei nº 8.666/93 combinado com o Art. 50 da Lei nº 9.784/99, bem como os Arts. 7º e 38 da Lei nº 8.666/93.	Regularização de alguns processos de contratações apontadas, mediante procedimento licitatório próprio e adesões à Atas de Registro de Preço, tais como: serviço de fornecimento de água/esgoto, consumo de combustíveis, fornecimento de alimentação dos custodiados	Procedimentos formalizados e finalizados conforme os dispositivos legais que regem as contratações públicas.
2.1.2.2	Anexo I ao Relatório nº 208259	Promover a rescisão dos contratos celebradas sem a devida licitação prévia em observância ao disposto no artigo 2º da Lei 8.666/93.	Adoção de procedimentos de regularização das contratações quer mediante adoção de Pregão Eletrônico, quer adesão à Ata de SRP, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade de acordo com os atuais dispositivos legais. Foi iniciado processo de regularização da contratação de telefonia fixa e móvel.	Alguns contratos rescindidos e conseqüentes novas celebrações.
3.2.2.1	Anexo I ao Relatório nº	Adotar as providências para que nas concessões	Cadastramento de vários servidores como	Todos os suprimentos

	208259	de suprimento de fundos seja utilizado o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, observando o disposto no decreto 5.355/2005 e alterações posteriores.	portadores de cartão corporativo.	concedidos na modalidade Cartão Corporativo.
--	--------	---	-----------------------------------	--

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
3.2.2.2	Anexo I ao Relatório nº 208259	Efetuar a retenção do INSS e ISS quando da realização de despesas de contratação de serviços prestados por pessoas físicas, através de suprimento de fundos.	Determinado ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira que proceda as retenções devidas.	Aumento das retenções.

13. Determinações e recomendações do TCU

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	30	-
Desligamento	22	-
Aposentadoria	02	-
Pensão	05	-

Deve ser destacado que foram consideradas apenas as pensões civis instituídas por ex-servidores que se encontravam vinculados a esta UPAG (828). Vale ressaltar que o controle efetuado sobre o cadastro de pensionistas (inclusão de pensões no sistema SIAPE, alterações de dados cadastrais, dentre outros procedimentos relativos à pensão) é centralizado no Serviço de Aposentadoria e Pensões (SEAP), vinculado à Unidade Central do DPF.

O Setor de Recursos Humanos (SRH/SR/DPF/PA) não efetua qualquer registro no que diz respeito ao sistema SISAC. Todos os atos citados acima são cadastrados por setores da Sede do Departamento de Polícia Federal, sendo aqueles relacionados às aposentadorias e pensões atualizados pelo SEAP (Serviço de Aposentadoria e Pensões), e aqueles relacionados às admissões e desligamentos atualizados pelo SECAD (Serviço de Cadastro). Para a obtenção de informações sobre a quantidade de atos referentes a 2008 registrados no sistema SISAC, é necessário que se proceda a uma consulta junto aos referidos setores da Unidade Central.

15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

16. Informações sobre a composição de recursos humanos

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	388	44.074.591,73	376	50.599.672,09	420	66.112.304,30
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	388	44.074.591,73	376	50.599.672,09	420	66.112.304,30

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo						
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	50	170.578,98	50	170.578,98	35	176.866,79
Total Pessoal Terc. + Estag	-					

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	1	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	-	-	01	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	-	-	-	-	2	516.338,41
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	1	112.590,45	01	130.382,82	2	296.323,69
Total Pessoal cedido pela Unidade	01	112.590,45	01	130.382,82	04	812.662,10

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	326	Não informado pelo SRH
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	94	Não informado pelo SRH
Total Geral	420	66.112.304,30

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)